



**Prefeitura Municipal de São José do vale do Rio Preto**  
**Secretaria Municipal de Saúde**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Aquisição parcelada de GENERO ALIMENTÍCIO a serem utilizados pela Secretária Municipal de Saúde durante as campanhas de vacinação e demais campanhas, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	MATERIAIS / ESPECIFICAÇÃO
1	2400	UNID	<b>Pão tipo francês – 50g.</b> Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega.
2	48	KG	<b>MORTADELA SEM GORDURA - CARACTERISTICAS TÉCNICAS:</b> Fatiado; Produto cárneo industrializado, obtido de uma emulsão das carnes de animais de açougue, não acrescido de toucinho, adicionado de ingredientes, embutido em envoltório natural ou artificial, em diferentes formas, e submetido ao tratamento térmico adequado. A mortadela deverá ser embutida adequadamente para as condições de armazenamento e que assegure uma proteção apropriada contra a contaminação. Os envoltórios poderão estar protegidos por substâncias glaceantes que deverão estar aprovadas junto ao órgão competente.
3	192	UNID	<b>Rosca Doce de trigo com 500g cada,</b> de sabores e coberturas variadas, tais como: doce de leite, leite condensado, coco ralado, frutas cristalizadas, creme, chocolate, açúcar cristalizado e etc.
4	192	UNID	<b>Bolo- Sabores variados-</b> Peso mínimo de 500g embalado individualmente. Sem recheio. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico açúcar, ovos, leite, aditivo referente ao sabor. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade e quantidade do produto.
5	48	KG	<b>Queijo Prato 1ª qualidade,</b> fatiado no dia da entrega, a embalagem original deve ser a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem original deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar data de validade.
6	48	KG	<b>Presunto de peru cozido -</b> Sem capa de gordura, fatiado no dia da entrega, a embalagem original deve ser a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número



**Prefeitura Municipal de São José do vale do Rio Preto**  
**Secretaria Municipal de Saúde**

			de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.
--	--	--	--

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1. A aquisição dos itens acima elencados atenderá às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sendo utilizados nas campanhas de vacinação e prevenção.

**3. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

- 3.1 O objeto do presente termo de referência será recebido em remessa parcelada pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto, conforme requisição expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 3.2 Os bens deverão ser entregues no endereço indicado pelo setor requerente, sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.
- 3.3 O não cumprimento do disposto no item 3.1 do presente termo acarretará a aplicação das penalidades previstas e a convocação do fornecedor subsequente;
- 3.4 A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com com este termo de referência.

**4. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 4.1 Os bens serão recebidos:
- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.
  - b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, e sua consequente aceitação.
- 4.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.3 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações exigidas.

**5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



## **Prefeitura Municipal de São José do vale do Rio Preto**

### **Secretaria Municipal de Saúde**

#### **5.1 A Contratada obriga-se a:**

- 5.1.1 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações deste termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 5.1.2 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração;
- 5.1.3 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.1.4 Manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 5.1.5 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
- 5.1.6 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.1.7 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução das responsabilidades assumidas;

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

#### **6.1 A Contratante obriga-se a:**

- 6.1.1 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 6.1.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da



## **Prefeitura Municipal de São José do vale do Rio Preto**

### **Secretaria Municipal de Saúde**

Contratada, através de servidor especialmente designado;

6.1.4 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### **7. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

7.1. Consoante a lei 14.133/21, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### **8. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

8.1 A fiscalização será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Saúde que será indicado durante a confecção do contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, e de tudo dará ciência à Administração. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3 O contrato deverá ter validade de 06 (Seis) meses a contar da sua assinatura, sendo designado os seguintes fiscais: Debora Jucá Raposo Vasti, matrícula nº 4200 e Cristiano Henrique Teixeira da Silva Júnior, matrícula nº 6060..

#### **9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos do artigo 155, 156 e 158 da Lei nº14.133 de 2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste termo de referência, o fornecedor que:

- 9.1.1 Inexecução total ou parcial da nota de empenho;
- 9.1.2 Deixar de entregar documentação exigida;
- 9.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 9.1.4 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 9.1.5 Não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;
- 9.1.6 Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.7 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.



**Prefeitura Municipal de São José do vale do Rio Preto**  
**Secretaria Municipal de Saúde**

- 9.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 9.1, conforme detalhado nos itens 9.1.1 ao 9.1.9.
- 9.3 A pena de advertência poderá ser aplicada nos casos previstos no item 9.1, sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.
- 9.4 Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial da nota de empenho, a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas nas legislações aplicáveis à espécie:
- 9.4.1 Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;
- 9.4.2 Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial;
- 9.4.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;
- 9.5 As sanções previstas nos itens 9.1 e 9.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.
- 9.6 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 9.2 e 9.3.
- 9.7 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo
- 9.8 devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Brasil S/A, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação.
- 9.9 Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.
- 9.10A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o



**Prefeitura Municipal de São José do vale do Rio Preto**  
**Secretaria Municipal de Saúde**

procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

9.11A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**São José do Vale do Rio Preto, 11 de Janeiro de 2024.**

---

Elan Venas Morelli  
Secretário Municipal de Saúde